PROJETO DE LEI N.º/2023.

Promove revisão específica do Plano Plurianual – PPA – 2022-2025, instituído pela Lei n.º 3.437, de 30 de dezembro de 2021, e autoriza a abertura de crédito adicional especial por anulação ao orçamento vigente.

- O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 96, inciso VII da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Unaí decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:
- Art. 1º Fica criada, no Anexo II da Lei n.º 3.437, de 30 de dezembro de 2021, a ação orçamentária n.º 2013 Manutenção do plano de assistência médica terceirizada dos agentes púbicos e dependentes da Câmara Municipal de Unaí, no âmbito do Programa de Apoio ao Processo Legislativo.

Parágrafo único. Os dados da ação orçamentária de que trata o *caput* artigo encontram-se discriminados no Anexo I desta Lei.

- Art. 2º Ficam alteradas as metas físicas e financeiras da ação orçamentária n.º 2009 Manutenção do plano de assistência médica terceirizada dos servidores e dependentes da Câmara Municipal de Unaí, na forma discriminada no Anexo I desta Lei.
- Art. 3º O Anexo II da Lei 3.437, de 2021, passa a vigorar com a redação compatível com as alterações descritas pelos Artigos 1º e 2º desta Lei.
- Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial ao orçamento vigente, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para atender à programação de despesa discriminada no Anexo II desta Lei.
- § 1º Os recursos destinados a atender às despesas decorrentes da abertura do crédito adicional especial de que trata o *caput* deste artigo têm origem na anulação parcial ou total dos créditos disponíveis de outras programações de despesa e estão indicados no Anexo III desta Lei.
- § 2º O crédito adicional especial ao orçamento de 2023 de que trata esta Lei objetiva viabilizar o pagamento da assistência à saúde dos agentes públicos da Câmara Municipal de Unaí.
- § 3º A abertura de crédito adicional especial de que trata esta Lei está em conformidade com o disposto nos incisos V e VII, bem como no parágrafo 2º, todos do artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 5° A programação constante do Anexo II desta Lei poderá ser suplementada, por meio da autorização contida na própria Lei de orçamento.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Unaí, 16 de junho de 2023; 79° da Instalação do Município.

JOSÉ GOMES BRANQUINHO Prefeito



ANEXO I A QUE SE REFERE O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 1º E O ARTIGO 2º DA LEI N.º , DE DE DE 2023.

"Plano Plurianual de 2022-2025

Anexo II – Programas de Governo

.....

Programa 1000 – Apoio ao Processo Legislativo

 Custo Estimado

 Tipo
 Duração
 Nro. Ações
 Nro. Indicadores
 2022
 2023
 2024
 2025
 Total

 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)
 (...)

Ações de Governo Meta Produto / Meta Financeira **Produto** Classificação Ação Unidade de Tipo Orçamentária 2022 2023 2024 2025 Total Medida (...) (...) (...) (...) (...) (\ldots) (\ldots) (...) (...) (...) 2009 (...) (...) (...) (...) (...) Atividade (...) (...) 193.740,61 675.240,61 (...) (...) 0,00 0,00 (...) (...) (...) (...) (...) (\ldots) (...) Manutenção do plano de assistência médica terceirizada Plano de dos agentes públicos e Atividade Assistência dependentes da Câmara à saúde mantido 2013 Municipal de Unaí 01.02.00.01.302.1000.2013 U - (Unidade) 0,00 321.464,39 551.269,35 589.858,20 1.462.591,94

ANEXO II A QUE SE REFERE O CAPUT DO ARTIGO 4º DA LEI N.º , DE DE 2023.

Destino do Crédito Adicional Especial

Ordem	Programação	Ficha	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
1	01.02.00.01.302.1000.2013.3.3.90.08	Nova	1.500	500.000,00
		500.000,00		

ANEXO III A QUE SE REFERE O PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 4º DA LEI N.º , DE $\,$ DE DE 2023.

Origem do Recurso para Anulação

Ordem	Programação	Ficha	Fonte de Recurso	Valor (R\$)	
1	01.02.00.01.302.1000.2009.3.3.90.08	37	1.500	500.000,00	
	Total (R\$)				